

Solar Arinos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas do exercício findo em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Solar Arinos S.A.
Arinos - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar Arinos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Solar Arinos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Relatório da Administração

Solar Arinos S.A.

31 de dezembro de 2025

Senhoras e senhores acionistas,

A Administração da Solar Arinos S.A. (“Companhia”), submete para apreciação o Relatório da Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações estão apresentadas em milhares de reais e em bases consolidadas. O relatório da Administração e demonstrações financeiras, são destinados prioritariamente aos acionistas e credores da Companhia, sendo mantidos à disposição para acesso do público em geral no website da Companhia.

A Companhia

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2022, e tem como objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de suas controladas conjuntamente, o "Grupo"), efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração, exploração e gestão de empreendimento de energia elétrica por fonte fotovoltaica desenvolvido no parque fotovoltaico denominado Projeto Arinos. As controladas possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as autorizações abaixo para atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica, conforme segue:

Controladas	Resolução Autorizativa	Potência Instalada (MWp)
Usina Solar UFV Arinos 3 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 5 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 6 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 7 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 18 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 19 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Usina Solar UFV Arinos 20 SPE S.A.	12.257 de 05 de julho de 2022	61,5
Total		431

As 7 usinas fotovoltaicas (“UFVs”), controladas pela Companhia, constituem o (Projeto Arinos), que está situado no município de mesmo nome no Estado de Minas Gerais.

No último trimestre de 2024, as controladas haviam concluído parte substancial dos investimentos e obras para a construção das usinas fotovoltaicas, bem como, obtido todas as licenças junto aos órgãos regulatórios para início das operações comerciais.

Companhias do grupo Gerdau, investidoras indiretas da Companhia, assinaram contratos de compra energia elétrica com as 7 UFVs, adquirindo 40% da energia produzida em regime de autoprodução por equiparação, e o restante da energia será comercializada com grandes, médios consumidores no mercado livre.

Desempenho Operacional

Durante o exercício de 2025, o Projeto Arinos performou com plena capacidade operacional, refletindo a eficiência na gestão dos recursos e capacidade técnica nas atividades de operação e manutenção. Arinos teve sua primeira usina fotovoltaica com despacho da ANEEL para início da operação comercial a partir de agosto de 2024, e sua sétima e última usina fotovoltaica concluída com despacho da ANEEL para início da operação comercial a partir de 15 de novembro de 2024. Conjuntamente as 7 UFVs produziram 698.354 MWh no exercício findo em 2025 e (193.594 MWh em 2024).

Desempenho Financeiro

Apresentamos o desempenho econômico-financeiro consolidado da Solar Arinos S.A., para os anos de 2025 e 2024:

<i>Demonstração do resultado ajustado em milhares de reais</i>	Consolidado (*)	
	2025	2024
(+) Receita Líquida	182.813	51.182
(-) Custos com venda de energia	(32.085)	(4.199)
(=) Lucro Bruto de Energia	150.728	46.983
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(11.103)	(1.083)
(=) EBITDA	139.625	45.900
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	(1.398)	-
(=) EBITDA Ajustado	138.227	45.900
(-) Depreciação/Amortização	(44.863)	(8.123)
(-/+ Resultado Financeiro	(97.559)	(15.317)
(-) Impostos	(9.884)	(7.249)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	(14.079)	15.211

(*) Considera o resultado da Companhia e as 7 UFVs do Projeto Arinos.

Lucro Bruto de Energia

O lucro bruto de energia, que representa a receita líquida de geração diminuída dos custos operacionais para geração de energia, apresentou um aumento de R\$ 103.745 em relação ao ano de 2024. A variação se deve principalmente a operação comercial (geração) do Projeto Arinos ter ocorrido integralmente no ano de 2025 em comparação com o exercício de 2024, que se iniciou substancialmente no último trimestre. Os efeitos do *curtailment* são demonstrados no parágrafo a seguir “Efeitos do *Curtailment*”.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, apresentaram um aumento de R\$ 74.646 em 2025 comparado com 2024. Essa variação se deve principalmente ao aumento no custo com depreciação do Projeto Arinos R\$ 36.651 e nos encargos para uso do sistema de transmissão em R\$ 19.554, pois, durante o exercício de 2024 o início da depreciação dos ativos imobilizados ocorreu no último trimestre, e, no exercício de 2025 de janeiro a dezembro. Da mesma forma os encargos para uso do sistema de transmissão foram reconhecidos após o início da operação comercial em 2024, tendo sido contabilizados de janeiro a dezembro de 2025.

Adicionalmente em 2025, houve incremento nas despesas com pessoal e equipamentos empregados na manutenção do Projeto Arinos em R\$ 6.065.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2025, diminuiu em R\$ 82.242 em relação ao ano anterior, Os principais impactos são: (i) Aumento das despesas com juros sobre os financiamentos contratados junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em R\$ 72.420, pois, durante o exercício de 2024, os respectivos juros foram capitalizados ao custo do ativo imobilizado do Projeto Arinos até o início da operação comercial, (ii) despesas com fianças bancárias em R\$ 8.704, contratadas por exigência dos contratos de financiamento para o Projeto Arinos, também capitalizadas ao custo do ativo imobilizado até o início da operação comercial no ano de 2024, e durante o exercício de 2025 reconhecidas como despesa financeira de janeiro a dezembro.

Efeitos do *Curtailment*

Durante o exercício de 2025, o Projeto operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeito às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *Curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, são apresentados a seguir;

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (i)	Receita bruta sem Curtailment (RS) (ii)	(-) Curtailment (RS) (ii)	Receita bruta com Curtailment (RS) (iii)
Total:	Arinos	935.787	698.354	237.433	25,4%	227.063	(35.295)	191.768

(i) Percentual médio para todo o Projeto Arinos referente aos cortes em volume energético.

(ii) O percentual do efeito financeiro com o *curtailment* em relação a receita bruta é de 15%, percentual menor que os 25,4% demonstrados no quadro acima que apura o *curtailment*, em volume energético. Essa diferença se dá pelo motivo de que o preço médio dos contratos bilaterais de energia é maior que o valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) horário, que é utilizado como referência para apuração financeira no momento dos cortes.

(iii) Referente ao valor líquido de cortes para o Projeto Arinos.

Os efeitos do *curtailment* não ocasionaram descumprimento de obrigações contratuais ou financeiras pelo Grupo no exercício. Destaca-se que o Grupo adota mecanismos de mitigação visando reduzir os impactos financeiros decorrentes dessas restrições operativas, dentre os quais: (i) a limitação do volume de contratação da energia produzida, de forma a evitar a necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para o cumprimento dos contratos de longo prazo, mitigando a exposição a variações de preços de energia; e (ii) a contratação de parte relevante do volume de energia sob condições flexíveis, em que os contratos de venda preveem a obrigação de entrega considerando a geração efetiva, líquida dos efeitos de *curtailment*.

Adicionalmente, o Projeto Arinos está conectado ao Submercado Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO), o qual, historicamente, apresentou menor incidência de *curtailment* quando comparado ao Submercado Nordeste (NE), contribuindo para a mitigação dos impactos sobre a geração e a receita do projeto.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não reconheceu valores passíveis de compensação, por avaliar que ainda seria necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que o Grupo terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas em definitivo, pelo motivo de que as regras e mecanismos regulatório ainda se encontram em discussão, conforme nota explicativa nº 1.1.

A administração do Grupo, em conformidade com as normas regulatórias vigentes que reconhecem a compensação pelo *curtailment* apenas parcialmente em casos de cortes por Indisponibilidade Externa, adotou medidas administrativas e judiciais para requerer a liquidação financeira das compensações retroativas. Estas não vêm sendo executadas devido à ausência de aprovação, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), das Regras de Comercialização e dos Procedimentos de Rede aplicáveis especificamente às usinas fotovoltaicas

comercializando energia no ambiente de contratação livre, que é o caso das usinas do Grupo. O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Companhia	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	Sim	679	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	Sim	621	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	Sim	613	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	Sim	720	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	Sim	258	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	Sim	513	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	Sim	363	em análise regulatória / aguardando julgamento do mérito no judiciário
Total			3.767	

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias vigentes. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e parte dos eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Newave Energia S.A, demais acionistas, bem como a todos os colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 01 de abril de 2026.

Solar Arinos S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	209	10	62.186	88.866	Fornecedores	15	-	6	11.919	46.633
Contas a receber	9	-	-	20.202	19.074	Obrigações tributárias	17	1	-	1.149	4.982
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		104	74	120	271	Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	2.025	5.058
Tributos a recuperar		-	-	47	30	Obrigações fiscais e trabalhistas		-	-	220	-
Despesas antecipadas	10	-	-	10.228	9.851	Passivo de arrendamentos	12	-	-	64	57
Dividendos a receber	11	-	3.399	-	-	Financiamentos	16	-	-	21.624	330.755
Outras contas a receber		166	3	150	866	Dividendos a pagar	19	3.368	3.368	3.368	3.368
Total do ativo circulante		479	3.486	92.933	118.958	Outras contas a pagar	15	-	-	8.116	7.170
Fundos vinculados	8.b	-	-	24.348	12.269	Total do passivo circulante		3.369	3.374	48.485	398.023
Contas a receber partes relacionadas	25	521	521	-	-	Financiamentos	16	-	-	707.340	396.500
Despesas antecipadas	10	-	-	12.798	2.725	Passivo de arrendamentos	12	-	-	22.793	22.858
Investimentos	11	687.352	654.699	-	-	Provisão para desmobilização	18	-	-	1.208	1.087
Direito de uso	12	-	-	22.109	22.797	Outras contas a pagar	15	-	-	10.977	3.617
Imobilizado	13	-	-	1.267.911	1.264.202	Total do passivo não circulante		-	-	742.318	424.062
Intangível	14	-	-	55.687	56.466	Patrimônio líquido	19				
Total do ativo não circulante		687.873	655.220	1.382.853	1.358.459	Capital social		688.248	644.518	688.248	644.518
						Reserva de lucros		-	10.814	-	10.814
						Prejuízos Acumulados		(3.265)	-	(3.265)	-
						Total do patrimônio líquido		684.983	655.332	684.983	655.332
Total do ativo		688.352	658.706	1.475.786	1.477.417	Total do passivo e patrimônio líquido		688.352	658.706	1.475.786	1.477.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	-	-	182.813	51.182
Custos operacionais	21	-	-	(76.948)	(12.322)
Lucro bruto		-	-	105.865	38.860
Despesas gerais e administrativas	21	(142)	(88)	(11.103)	(1.083)
Outras despesas operacionais	22	-	-	(1.398)	-
Resultado com equivalência patrimonial	11	(14.050)	15.301	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(14.192)	15.213	93.364	37.777
Receitas financeiras	23	114	2	12.604	8.397
Despesas financeiras	23	(1)	(4)	(110.163)	(23.714)
Resultado financeiro líquido		113	(2)	(97.559)	(15.317)
Resultado antes dos tributos		(14.079)	15.211	(4.195)	22.460
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(9.884)	(7.249)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(14.079)	15.211	(14.079)	15.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>(14.079)</u>	<u>15.211</u>	<u>(14.079)</u>	<u>15.211</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(14.079)</u>	<u>15.211</u>	<u>(14.079)</u>	<u>15.211</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023		228.283	-	-	(1.029)	227.254
Integralização de capital social	19 a	416.235	-	-	-	416.235
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.211	15.211
Destinação para reserva legal	19 b	-	709	-	(709)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19 c	-	-	-	(3.368)	(3.368)
Destinação para reserva de retenção de lucros	19 d	-	-	10.105	(10.105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		644.518	709	10.105	-	655.332
Integralização de capital social	19 a	43.730	-	-	-	43.730
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.079)	(14.079)
Absorção de reservas com prejuízos do exercício	19 d	-	(709)	(10.105)	10.814	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		688.248	-	-	(3.265)	684.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.079)	15.211	(4.195)	22.460
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	13/14	-	44.175	8.123
Baixa do ativo imobilizado	13 e 23	-	1.394	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	14.050	(15.301)	-
Amortização de direitos de uso	12	-	688	128
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	18	-	121	17
Juros incorridos sobre financiamentos	16	-	87.420	15.000
Juros sobre passivo de arrendamentos	12	-	2.713	503
		(29)	(90)	132.316
				46.231
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(1.128)	(19.074)
Outras contas a receber	(163)	(3)	717	(861)
Tributos a recuperar	-	-	(17)	(30)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	(30)	2	151	(85)
Despesas antecipadas	-	-	(10.450)	(7.046)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(6)	(5)	(34.714)	4.048
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	-	220	-
Obrigações tributárias	1	(4)	(3.833)	3.092
Outras contas a pagar	-	-	8.306	10.787
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais	(227)	(100)	91.568	37.062
Pagamento de juros sobre financiamentos	16	-	(76.206)	(3.656)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(12.917)	(2.191)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas nas atividades operacionais	(227)	(100)	2.445	31.215
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	11	(97.676)	(350.959)	-
Redução de capital em investidas	11	53.815	-	-
Recebimento de dividendos das controladas	11	3.399	-	-
Fundos vinculados	-	-	(12.079)	(12.269)
Aquisição de ativo intangível	14	-	-	(932)
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	(45.658)	(1.033.334)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(40.462)	(350.959)	(57.737)	(1.046.535)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	12	-	(2.771)	(1.028)
Captação de financiamentos	16	-	302.356	687.644
Pagamento de financiamentos - principal	16	-	(311.861)	-
Integralização de capital	19	40.888	351.055	416.235
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	40.888	351.055	28.612	1.102.851
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	199	(4)	(26.680)	87.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	10	14	88.866
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	209	10	62.186
		199	(4)	(26.680)
				87.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Solar Arinos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, a qual passou a ser controlada diretamente pela Newave Energia S.A., a partir de outubro de 2023 (anteriormente controlada diretamente pela Voltalia Energia do Brasil Ltda.). Tem sede administrativa na Fazenda Mascarada, KM 25,35, Rodovia Arinos - Januária, CEP 38680-000, no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2022, e tem como objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de suas controladas conjuntamente, o "Grupo"), efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração, exploração e gestão de empreendimento de energia elétrica por fonte fotovoltaica desenvolvido no parque fotovoltaico denominado Projeto Arinos. As controladas possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as autorizações abaixo para atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica.

Controladas	Resolução Autorizativa
UFV Arinos 3	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 5	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 6	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 7	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 18	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 19	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 20	12.257 de 05 de julho de 2022

1.1 Curtailment

As controladas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeitas à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como curtailment. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como: (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema, (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia. (iii) Indisponibilidades Externas, ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares. Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25/11/2025. Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25/11/2025, estão sendo discutidos

por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31/12/2025.

A Administração do Grupo estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do curtailment de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

As análises e projeções contam com estudos detalhados incluindo condições de mercado, regulatórias, comercialização, produção regional e nacional, avanços de infraestrutura etc.

O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, o Grupo determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o curtailment, não ocasionou descumprimento das obrigações financeiras e contratuais do Grupo.

1.1 Reforma tributária

Os impactos com a Reforma Tributária, embora posterior à data do balanço, terão implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços da energia vendida pelo Grupo, com objetivo de manter as margens de lucro e indicadores financeiros antes da reforma tributária.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: O Grupo precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento de energia, e outros acordos comerciais serão revisados para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas adotadas e próximos passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Reforma Tributária, e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica, tecnologia e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio do Grupo;
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração do Grupo com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias e companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias e companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de despesas decorrentes de negócios entre as Companhias e companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’), listadas a seguir:

Controladas	Participação societária em %			
	31/12/2025		31/12/2024	
Razão Social	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	100 %	-	100 %	-

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria em 01 de abril de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e fundos vinculados que são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica - Nota explicativa nº13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Intangível - Nota explicativa nº 14:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº18:** Referem-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 26:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;

- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa do Grupo tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

receita de juros;
despesa de juros; e
ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Imposto de renda e contribuição social**(i) Regime de tributação pelo Lucro Real**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o exercício de 2025, a Companhia manteve o regime de apuração do lucro real e suas controladas optaram pelo regime de tributação do lucro presumido.

(ii) Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculadas conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As controladas da Companhia utilizaram este regime durante o exercício de 2025.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração do Grupo e suas controladas deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em

benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui custos com a implantação de desenvolvimento de geração de energia fotovoltaica e aquisição de softwares.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Direito de exploração	30 anos

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam as controladas da Companhia, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

i. Instrumentos financeiros**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente**(a) Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

As controladas da Companhia mantiveram até o exercício findo em 2024 instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

No início de relacionamento do *hedge* designado, as controladas da Companhia documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. As controladas da Companhia também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de *hedge* valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e são limitadas ao índice designado para o item protegido. As controladas da Companhia designaram Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*) como instrumento de *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge* é reclassificada para o custo do objeto de *hedge* protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel onde o parque fotovoltaico se encontra em operação.

As controladas da Companhia adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

As controladas da Companhia apresentam os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

7 Novas normas e interpretações

a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a

períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	209	10	14.040	6.685
Aplicações financeiras (b)	-	-	48.146	82.181
Caixa e equivalentes de caixa	209	10	62.186	88.866

(a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI com média de 96% em 31 de dezembro de 2025 e (94,5% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no não circulante de acordo com a expectativa de realização dos valores. As contas centralizadoras concentram os recebíveis da do Grupo.

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva O&M	2.775	1.524
Reserva de dívida – BNB	21.573	10.745
Total	24.348	12.269

9 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	13.328	19.074
Contas a receber partes relacionadas (b)	6.874	-
	20.202	19.074

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 20, onde o saldo é liquidado no mês subsequente a geração e não há saldos vencidos a receber.
- (b) Conforme nota explicativa nº 25.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. O Grupo não possui histórico de inadimplência com recebíveis.

10 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2025	2024
Seguros (a)	2.697	2.454
Custo de captação (d)	393	394
Software (b)	6	318
Fianças bancárias (c)	19.930	9.410
	23.026	12.576
Circulante	10.228	9.851
Não circulante	12.798	2.725

- (a) Refere-se aos seguros para cobertura de risco operacional e responsabilidade civil.
- (b) Refere-se a despesas pela utilização de licença de uso de software.
- (c) Refere-se a fianças bancárias para garantia de contratos de financiamentos e garantia do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).
- (d) Refere-se a custos inerentes ao processo de captação de financiamento para construção do parque fotovoltaico.

11 Investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos	687.352	654.699
Total	687.352	654.699

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100%	107.717	(849)	(849)	107.717
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	100%	94.599	(3.538)	(3.538)	94.599
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	100%	78.790	(181)	(181)	78.790
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	100%	88.726	(6.085)	(6.085)	88.726
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	100%	108.212	(1.061)	(1.061)	108.212
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	100%	110.663	(1.105)	(1.105)	110.663
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	100%	98.645	(1.231)	(1.231)	98.645
		687.352	(14.050)	(14.050)	687.352

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100%	138.871	2.441	2.441	138.871
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	100%	107.196	2.618	2.618	107.196
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	100%	84.188	2.602	2.602	84.188
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	100%	102.425	3.384	3.384	102.425
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	100%	82.533	1.710	1.710	82.533
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	100%	63.181	1.771	1.771	63.181
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	100%	76.305	775	775	76.305
		654.699	15.301	15.301	654.699

Movimentação dos investimentos	Part.%	2024	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Integralização de capital	2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100%	138.871	(849)	(30.710)	405	107.717
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	100%	107.196	(3.538)	(9.464)	405	94.599
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	100%	84.188	(181)	(5.622)	405	78.790
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	100%	102.425	(6.085)	(8.019)	405	88.726
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	100%	82.533	(1.061)	-	26.740	108.212
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	100%	63.181	(1.105)	-	48.587	110.663
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	100%	76.305	(1.231)	-	23.571	98.645
Total		654.699	(14.050)	(53.815)	100.518	687.352

Movimentação dos investimentos	Part.%	2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos Mínimos	2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100%	109.802	27.109	2.441	(481)	138.871
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	100%	20.057	85.120	2.618	(599)	107.196
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	100%	19.541	62.640	2.602	(595)	84.188
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	100%	20.384	79.438	3.384	(781)	102.425
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	100%	19.139	62.068	1.710	(384)	82.533
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	100%	18.886	42.922	1.771	(398)	63.181
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	100%	18.847	56.844	775	(161)	76.305
Total		226.656	416.141	15.301	(3.399)	654.699

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	225.638	117.921	107.717	(849)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	214.542	119.943	94.599	(3.538)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	206.130	127.340	78.790	(181)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	207.931	119.205	88.726	(6.085)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	208.170	99.958	108.212	(1.061)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	210.468	99.805	110.663	(1.105)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	212.757	114.112	98.645	(1.231)
	1.485.636	798.284	687.352	(14.050)

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	252.881	114.010	138.871	2.441
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	220.768	113.572	107.196	2.618
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	210.929	126.741	84.188	2.602
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	216.076	113.651	102.425	3.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	200.135	117.602	82.533	1.710
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	198.643	135.462	63.181	1.771
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	193.065	116.760	76.305	775
	1.492.497	837.798	654.699	15.301

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

As controladas da Companhia atuam como arrendatária em contratos de terras referentes aos parques fotovoltaicos.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado		
	Valor líquido em 31/12/2024	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	22.797	(688)	22.109
Total do ativo	22.797	(688)	22.109

	Consolidado		
	Valor líquido em 31/12/2023	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	23.438	(641)	22.797
Total do ativo	23.438	(641)	22.797

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
	Passivo de arrendamento	22.857
Total	22.857	22.915
Circulante	64	57
Não circulante	22.793	22.858

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	22.915	-	(2.771)	2.713	22.857
Total	22.915	-	(2.771)	2.713	22.857
Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	23.440	-	(1.028)	503	22.915
Total	23.440	-	(1.028)	503	22.915

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a.

13 Imobilizado

	Consolidado							
	31/12/2023	Adição	Juros capitalizados (c)	31/12/2024	Adição	Baixa (d)	Transferência	31/12/2025
Custo de aquisição:								
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos (a)	226.604	1.016.149	28.267	1.271.020	48.500	(1.394)	(6)	1.318.120
Custo para desmobilização de ativos (b)	-	1.070	-	1.070	-	-	6	1.076
Total do custo	226.604	1.017.219	28.267	1.272.090	48.500	(1.394)	-	1.319.196
Depreciação acumulada								
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	(7.885)	-	(7.885)	(43.365)	-	-	(51.250)
Desmobilização de ativos (b)	-	(3)	-	(3)	(32)	-	-	(35)
Total da depreciação acumulada	-	(7.888)	-	(7.888)	(43.397)	-	-	(51.285)
Total	226.604	1.009.331	28.267	1.264.202	5.103	(1.394)	-	1.267.911

a) Refere-se às compras de ativo imobilizado.

b) Conforme nota explicativa nº 18.

c) Conforme nota explicativa nº 16.

d) O valor total de baixa é composto por R\$1.394 referentes a baixa de módulos sinistrados, conforme nota explicativa nº 22. Adicionalmente, R\$ 362 são referentes a compensação financeira de adiantamentos e R\$ 1.032 referente ao reembolso proporcional dos custos para construção da pista de aceleração na Subestação Arinos onde os respectivos custos foram inicialmente suportados pela Usina Solar Arinos 3 SPE S.A., e posteriormente compartilhados com demais usuários conectados a Subestação.

O Grupo avaliou que até 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

14 Intangível

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Direito de exploração (a)	-	55.769	55.769	-	55.769
Software	-	932	932	-	932
Total do custo		56.701	56.701	-	56.701
<hr/>					
Amortização acumulada	31/12/2023	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Direito de exploração (a)	-	(153)	(153)	(621)	(774)
Software	-	(82)	(82)	(158)	(240)
Total da amortização acumulada	-	(235)	(235)	(779)	(1.014)
<hr/>					
Total do intangível	-	56.466	56.466	(779)	55.687

- a) Refere-se ao custo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica.

O Grupo avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores				
Contratação de materiais e serviços (a)	-	6	1.648	42.586
Fornecedores partes relacionadas	-	-	449	-
Fornecedores – CCEE (b)	-	-	9.822	4.047
Total de fornecedores	-	6	11.919	46.633
<hr/>				
Outras contas a pagar (c)	-			
Circulante	-	-	8.116	7.170
Não circulante	-	-	10.977	3.617
Total de outras contas a pagar	-	-	19.093	10.787

- a) Refere-se a contratação de materiais e serviços empregados na manutenção do ativo imobilizado.
b) Refere-se a ajustes negativos de liquidação no ambiente da CCEE.
c) Refere-se a saldos de fiança a pagar.

As informações sobre a exposição do Grupo ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

16 Financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	<u>727.255</u>	-
Financiamentos tomados (principal)	302.356	687.644
Pagamento (principal)	(311.861)	-
Juros incorridos (i)	87.420	43.267
Juros pagos	<u>(76.206)</u>	<u>(3.656)</u>
Saldo em final	<u>728.964</u>	<u>727.255</u>
Passivo circulante	21.624	330.755
Passivo não circulante	707.340	396.500

- (i) Em 2024, conforme demonstrado na nota explicativa 13, o montante de R\$ 28.267, de juros incorridos foram capitalizados.

a. Detalhes dos financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	Controlada	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento Final	Pagamento
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	87.500	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	87.500	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	87.500	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	87.500	jan/48	Mensal
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	IPCA + 5,42% a.a.	29/05/2025	87.500	jun/43	Mensal
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	IPCA + 5,42% a.a.	29/05/2025	87.500	jun/43	Mensal
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos20 SPE S.A.	IPCA + 5,42% a.a.	29/05/2025	87.500	jun/43	Mensal
Total				677.500		

(*) A taxa de juros efetiva considerando os prazos dos financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil é de 5,28%.

b. Principais cláusulas de *covenants*.

Os contratos de financiamentos estabelecem as principais condições:

- Apresentação e renovação da fiança bancária até o vencimento do contrato;
- Composição da conta-reserva Fundo de Liquidez;
- Cumprimento da legislação ambiental;
- Não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, superiores ao mínimo previsto na legislação brasileira, caso haja, inadimplemento pecuniário ou a conta fundo de liquidez não for preenchida.
- Não realizar redução de capital sem anuência prévia dos fiadores;
- Manter índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,2, a partir do início de amortização do serviço da dívida.

Contrato de financiamento contém como garantias:

- Fiança bancária;
- Conta reserva.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes aos contratos de financiamentos são acompanhadas pela Administração do Grupo.

<u>Vencimento em:</u>	<u>2025</u>
2027	42.408
2028	42.408
2029	42.408
2030 até 2048	580.116
	<u><u>707.340</u></u>

17 Obrigações tributárias

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos Retidos na Fonte	261	59
ISS – Imposto Sobre Serviços – Retido	19	488
INSS Retido sobre serviços contratados	11	775
ICMS	-	1.748
PIS / COFINS	737	1.912
Outros	121	-
Total	<u><u>1.149</u></u>	<u><u>4.982</u></u>

18 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas da Companhia têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2024, as controladas Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$1.070. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,13%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.041 (R\$1.067 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	1.087	-
Reconhecimento inicial	-	1.070
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	121	17
Saldo final	1.208	1.087

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 688.248 (R\$ 644.518 em 31 de dezembro de 2024). O valor total integralizado em 2025 é de R\$ 43.730, composto por (i) R\$ 40.888 mediante transferência bancária e (ii) R\$ 2.842 mediante capitalizações de gastos com imobilizado. (Em 2024, R\$ 416.235 composto por: (i) R\$ 351.055 mediante transferência bancária, (ii) R\$ 55.616 mediante capitalização de direito de exploração e (iii) R\$ 9.564 mediante capitalizações de gastos com imobilizado), aportado nas controladas da Companhia

A seguir são demonstradas as movimentações das subscrições de capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

<i>Subscrição de capital social</i>	Quantidade	Valor de emissão
31/12/2023 – Capital social subscrito	178.779	567.109
Subscrição de ações ordinárias – (ON) – (a)	36.102	36.102
Subscrição de ações – Classe (PNA) – (b)	20.738	58.055
Subscrição de ações – Classe (PNB) – (c)	40.892	80.734
31/12/2024 e 2025 – Capital social subscrito	276.511	742.000

Os principais direitos conferidos a cada classe de ação são descritos abaixo:

- (a) Ordinárias (ON) conferem ao proprietário os direitos econômicos na forma de dividendos e direito a voto relacionados a matérias financeiras e operacionais, bem como em relação a matérias protetivas.
- (b) Classe (PNA): (i) terão direito a voto em relação a matérias protetivas não relacionadas a gestão operacional e financeira da Companhia e das controladas indiretas da Companhia que compõem o projeto Arinos; e (ii) terão direito a dividendos fixos, não cumulativos, no valor total de R\$ 1 a cada exercício, quando apurados lucros.
- (c) Classe (PNB): (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito a dividendos fixos totais no valor equivalente ao múltiplo fixado no acordo de acionistas, de forma que todos os direitos econômicos restantes em relação as ações (ON) sejam usufruídos pelo detentor das respectivas ações; (iii) terão direito à prioridade no reembolso de capital em relação às demais ações, em caso de liquidação da Companhia.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo Em 31 de dezembro de 2025, Companhia absorveu integralmente a reserva legal com o prejuízo do exercício no montante de R\$ 709. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o lucro de R\$ 15.211. Mediante a este fato, após a compensação dos prejuízos acumulados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 709.

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 3.368, conforme demonstrativo abaixo:

	2024
Prejuízos acumulados	(1.029)
Lucro líquido do exercício	15.211
	14.182
Base de cálculo - Reserva Legal	14.182
Reserva legal - 5%	(709)
	13.473
Base de cálculo - Dividendos mínimos	13.473
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.368

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.368.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Companhia absorveu integralmente a reserva de retenção de lucros com o prejuízo do exercício no montante de R\$ 10.105. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$10.105.

20 Receitas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Energia comercializada (a)	100.300	58.846
Receita com energia comercializada com partes relacionadas (b)	91.468	-
Total das receitas operacionais antes dos impostos	191.768	58.846
PIS	(1.565)	(981)
COFINS	(7.219)	(4.520)
ICMS	(171)	(2.163)
Impostos sobre receita bruta	(8.955)	(7.664)
Receita operacional líquida	182.813	51.182

- (a) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais e Mercado de Curto Prazo (MCP), liquidados no ambiente (CCEE).
- (b) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais, conforme nota explicativa nº 26.

Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia geraram 699.121 MWh (193.594 MWh em 2024).

21 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Depreciação e amortização (a)	(44.692)	(8.041)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(22.284)	(2.730)
Seguros (a)	(4.498)	(712)
Manutenção de equipamentos (a)	(3.443)	(795)
Taxas e impostos	-	(44)
Despesas com pessoal	(2.031)	-
Total	(76.948)	(12.322)

- a) A diferença entre os anos de 2025 e 2024 se refere a data de início de operação em 2024, tendo ocorrido no mês de outubro.
b) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	(3.417)	-
Depreciação e amortização	-	-	(171)	(82)
Serviços terceiros	-	-	(834)	-
Assessoria e advogados	-	-	(1.461)	-
Despesas consumo do escritório	-	-	(217)	(17)
Impostos e taxas	(56)	(2)	(1.891)	(22)
Despesas com software	-	-	(583)	(71)
Contabilidade e auditoria	(86)	(86)	(935)	(860)
Despesas com aluguel	-	-	(144)	(7)
Seguros	-	-	(59)	(5)
Encargos de conexão de rede (a)	-	-	(671)	-
Outros	-	-	(720)	(19)
Total	(142)	(88)	(11.103)	(1.083)

- a) Refere-se ao custo de contrato de conexão (CCT) junto a ANEEL, que assegura as condições de conexão de rede elétrica, antes da entrada em operação comercial.

22 Outras despesas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Outras despesas	(4)	-
Baixa de imobilizado (i)	(1.394)	-
Total	(1.398)	-

(i) Conforme nota explicativa nº 13.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	112	-	12.572	2.482
Juros recebidos	2	2	2	2
Descontos obtidos	-	-	30	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	-	5.913
	114	2	12.604	8.397
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(1)	(3)	(69)	(20)
IOF	-	-	(4)	(284)
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	-	-	(121)	(17)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.713)	(503)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(87.420)	(15.000)
Fianças bancárias	-	-	(10.536)	(1.832)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	-	(5.913)
Outras despesas financeiras (**)	-	(1)	(9.300)	(145)
	(1)	(4)	(110.163)	(23.714)
Resultado financeiro líquido	113	(2)	(97.559)	(15.317)

(*) Em 2024, referente aos derivativos designados como hedge de valor justo, conforme nota explicativa nº 27.

(**) Compreende taxas para estruturação dos contratos de prestação de garantia do financiamento e demais despesas para manutenção das obrigações contidas no contratos de financiamento.

24 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(14.079)	15.211
Alíquota vigente combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(4.787)	5.172
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Receita com resultado de equivalência patrimonial	4.777	(5.202)
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	10	30
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva	-	-

(*) O Grupo não constitui impostos diferidos ativos por não possuir previsão de lucros tributáveis futuros, para os próximos exercícios.

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 239 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2024).

Lucro Presumido:

	Consolidado
	2025
Apuração pelo lucro presumido:	
Receita bruta (a) (*)	240.600
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	19.248
Presunção da contribuição social – 12% (c)	28.872
Demais receitas – (d)	7.347
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	26.595
Imposto de renda a alíquota de 15%	(3.989)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(2.635)
Total IRPJ	(6.624)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	36.219
Contribuição social a alíquota de 9%	(3.260)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(9.884)
Alíquota efetiva	4,0%

Lucro Real:

	Consolidado
	2024
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	22.460
Alíquota vigente combinada	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(7.636)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	
Provisões não dedutíveis temporariamente	(124)
Compensação de prejuízo fiscal	(263)
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.249)
Alíquota efetiva	32%

(*) Receita Bruta antes do ajuste para perdas.

(**) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (b).

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é paga pela controladora direta Newave Energia S.A.

b. Operações com partes relacionadas

Ativo	Controladora	
	2025	2024
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A. (a)	3	3
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A. (a)	86	86
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A. (a)	87	87
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. (a)	86	86
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A. (a)	86	86
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A. (a)	87	87
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A. (a)	86	86
	521	521

Ativo	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber (Nota 9):		
Gerdau Açominas S.A. (b)	4.243	-
Gerdau Aços Longos S.A. (b)	560	-
Newave Energia S.A. (b)	2.071	-
	6.874	-
Passivo	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores (Nota 15):		
Newave Energia S.A. (c)	449	-
	449	-
Passivo	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Dividendos a pagar (Nota 19)		
Newave Energia S.A	3.366	3.366
Gerdau Açominas S.A	1	1
Gerdau Longos S.A	1	1
	3.368	3.368
Receitas	Consolidado	
	2025	2024
Newave Energia S.A (b)	33.263	-
Gerdau Açominas S.A (b)	6.381	-
Gerdau Longos S.A (b)	51.823	-
	91.467	-

(a) Refere-se a despesas pagas em favor das respectivas controladas.

- (b) Venda de energia.
- (c) Compartilhamento de custos e despesas.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025 – Valor contábil		2025 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	209	48.146	14.040
Contas a receber	9	-	-	-	13.328
Fundos vinculados	8	-	-	24.348	-
Contas a receber partes relacionadas	25	-	521	-	6.874
Outras contas a receber	-	-	166	-	149
Total		-	896	72.494	34.391
Passivos					
Fornecedores	15	-	-	-	11.919
Financiamentos	16	-	-	-	728.964
Passivo de arrendamentos	12	-	-	-	22.857
Dividendos a pagar	18	-	3.368	-	3.368
Outras contas a pagar	15	-	-	-	19.093
Total		-	3.368	-	786.201

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	10	82.181	6.685
Contas a receber	9	-	-	-	19.074
Fundos vinculados	8	-	-	12.269	-
Contas a receber partes relacionadas	25	-	521	-	-
Dividendos a receber	11	-	3.399	-	-
Outras contas a receber	-	-	3	-	866
Total		-	3.933	94.450	26.625

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Passivos					
Fornecedores	15	-	6	-	46.633
Financiamentos	16	-	-	-	727.255
Passivo de arrendamentos	12	-	-	-	22.915
Dividendos a pagar	18	-	3.368	-	3.368
Outras contas a pagar	15	-	-	-	10.787
Total		-	3.374	-	810.958

		Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	62.186	62.186	88.866	88.866
Contas a receber	Nível 2	20.202	20.202	19.074	19.074
Fundos vinculados	Nível 1	24.348	24.348	12.269	12.269
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	150	150	866	866
Total		106.886	106.886	121.075	121.075

Passivos					
Fornecedores	Nível 2	11.919	11.919	46.633	46.633
Financiamentos	Nível 2	728.964	728.964	727.255	727.255
Passivos de arrendamentos	Nível 2	22.857	22.857	22.915	22.915
Dividendos a pagar	Nível 2	3.368	3.368	3.368	3.368
Outras contas a pagar	Nível 2	19.093	19.093	10.787	10.787
Total		786.201	786.201	810.958	810.958

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	209	10	62.186	88.866
Contas a receber	-	-	20.202	19.074
Fundos vinculados	-	-	24.348	12.269
Contas a receber partes relacionadas	521	521	-	-
Outras contas a receber	166	3	150	866
Total	896	534	106.886	121.075

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

31 de dezembro de 2024

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	6	6	6	-	-
	6	6	6	-	-

31 de dezembro de 2025

	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	11.919	11.919	11.919	-	-
Financiamentos	728.964	1.433.883	171.061	237.992	376.711
Passivos de arrendamentos	22.857	88.981	5.604	7.242	14.010
Dividendos a pagar	3.368	3.368	3.368	-	-
Outras contas a pagar	19.093	19.093	19.093	-	-
	786.201	1.557.244	211.045	245.234	390.721

31 de dezembro de 2024

Consolidado

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	57.420	57.420	53.803	3.617	-	-
Financiamentos	727.255	1.186.059	56.567	511.343	181.445	436.704
Dividendos a pagar	3.368	3.368	3.368	-	-	-
Passivos de arrendamentos	22.915	91.498	2.771	5.542	16.625	66.561
	810.958	1.338.345	116.509	520.502	198.070	503.265

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
IPCA (a)	4,16%	4,06%	4,06%	5,08%	6,09%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	14,75%	15,31%	6,09%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	728.964	758.560	37.031	44.394	(37.031)	(44.394)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	48.146	55.248	7.372	8.847	(7.372)	(8.847)

(a) Boletim FOCUS – Fonte: Banco Central do Brasil.

27 Demonstrações dos fluxos de caixa

Em atendimento ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, abaixo são demonstradas as transações que não envolveram caixa:

	Consolidado	
	2025	2024
Juros sobre passivo de arrendamentos adicionados ao imobilizado	-	(22)
Amortização de intangível capitalizado	-	(153)
Amortização de direitos de uso	-	513
Provisão para desmobilização	-	1.070
Juros sobre financiamentos adicionados ao imobilizado	-	28.267
Despesas antecipadas adicionadas ao imobilizado	-	(2.041)
Fornecedores	-	38.071
Aquisição de ativo imobilizado	(2.842)	(10.089)
Aquisição de ativo intangível	-	(55.616)
Integralização de capital social	2.842	-

28 Contingências

A Companhia e suas controladas não possuem em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

29 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

Solar Arinos					
	2026	2027	2028	2029	2030 a 2060
(EUST / CUST / CCT) (a)	23.919	24.850	25.767	26.677	838.796
Seguros (b)	1.540	4.620	4.620	4.620	74.520
Operação e manutenção (c)	1.918	1.918	1.918	1.918	61.876
Arrendamento (d)	2.646	2.646	2.646	2.646	76.443
Total	30.023	34.034	34.951	35.861	1.051.635

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas da Companhia irão incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (Julho e 2025 a Junho de 2026) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de Julho de 2026 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros

As controladas da Companhia possuem contratos de seguros para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Operação e manutenção

As controladas da Companhia possuem contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para manutenção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

Edgard Corrochano
Presidente
CPF: 754.736.071-87

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *